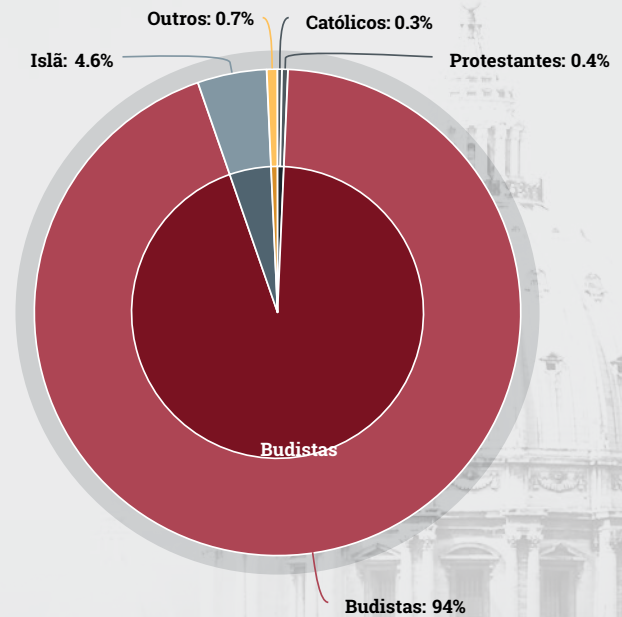


Tailândia



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

Na sequência do golpe de Estado de 22 de maio de 2014, durante o qual o exército tomou o poder, a situação da liberdade religiosa na Tailândia permanece algo paradoxal. A Constituição existente anteriormente foi suspensa pela junta militar, que promulgou uma alternativa interna. A liberdade religiosa estava totalmente consagrada na Constituição original, mas a nova Constituição não prevê a proteção adequada das liberdades civis.^[1] Neste país profundamente budista, o lugar da religião na sociedade tem sido assunto de muito debate e tem crescido a pressão sobre o comitê encarregado de promulgar a nova Constituição para que consagre o Budismo como “religião oficial do país”. Esta pressão começou antes da junta assumir o poder. As jogadas neste sentido datam de antes da revisão da Constituição em 1997 e 2007.

Em 2007, a pressão foi particularmente forte.^[2] Grupos de leis e monges budistas, organizados em associações como

o Centro Nacional de Proteção do Budismo Tailandês e o Conselho de Voluntários Budistas da Sociedade Civil, manifestaram-se em frente ao Parlamento depois dos autores da Constituição terem se recusado a incluir uma cláusula que dava ao Budismo o reconhecimento que era tido como merecido.

Quase uma década depois, em 10 de janeiro de 2016, uma exigência de consagração do Budismo na vida nacional foi rejeitada pelo comitê editorial encarregado de redigir a Constituição. Na liderança do comitê está Meechai Ruchupan, um especialista em direito civil e habituado a elaborar constituições sob regimes militares. Ruchupan disse que para o país esta cláusula seria “perigosa a longo prazo”. No entanto, acrescentou que seria inserido texto específico “para proteger e apoiar o Budismo”.

Este debate recorrente atesta o caráter fortemente nacionalista do Budismo tailandês.^[3] De fato, a vasta maioria dos monges budistas e uma parte significativa do povo quer ver o Budismo reconhecido como religião nacional. Cada vez que esta campanha é lançada, a pregação nacionalista é proclamada em alta voz nos templos em todo o país e começam a circular petições de apoio.

O principal argumento apresentado para inserir uma cláusula deste tipo é, em primeiro lugar, que mais de 90% dos 67 milhões de pessoas do país são budistas. Os exemplos de

[1] BBC, 22 de Maio de 2014: “Thailand military seizes power in coup” (<http://www.bbc.com/news/world-asia-27517591>)

[2] Eglises d’Asie, 16 de Julho de 2007: “L’Assemblée constituante a rejeté une proposition visant à inscrire le bouddhisme comme religion d’Etat dans la future Constitution” (<http://eglise.mepasie.org/asia-du-sud-est/thailande/2007-07-16-l2019assemblee-constituante-a-rejete-une/>)

[3] Eglises d’Asie, 11 de Novembro de 2014: “Bouddhisme et politique en Thaïlande” par Arnaud Dubus (<http://eglise.mepasie.org/asia-du-sud-est/thailande/2014-11-11-pour-approfondir-bouddhisme-et-politique-en-thaïlande/>)

Mianmar (em relação ao Budismo) e da Malásia (em relação ao Islamismo) são citados para apoiar a causa. Estas comparações não deixam de ser irônicas, dada a natureza do 'Budismo nacionalista' de Mianmar e, em menor grau, o nacionalismo do Islamismo malásio. Um segundo argumento de apoio é que o Budismo está ameaçado no seu interior, como consequência da má conduta de um número crescente de monges. Um outro fator frequentemente citado é o conflito entre rebeldes e forças de segurança no sul da Tailândia, onde a população é 80% malaia em termos culturais e islâmica em termos religiosos.^[4] Por vezes, os proponentes do Budismo estatal na Tailândia argumentam que isso deverá ajudar a parar a influência do Cristianismo, uma reivindicação surpreendente dado que o número de fiéis cristãos corresponde a menos de 1% da população.

Desde 1997 que as constituições do país tiveram sempre disposições destinadas a promover o Budismo. A principal entre elas é que o rei, chefe de Estado, deve ser budista. O Budismo é ensinado em todas as escolas estatais e as leis que regulamentam o consumo de álcool e proíbem o aborto foram aprovadas por pressão de grupos budistas. Khemthong Tonsakulrungruan, especialista em direito constitucional, refere que durante o debate sobre a Constituição de 2007 foi tomada uma decisão de usar o termo *nititharm* (tharm relaciona-se com *dhamma*, o ensino do Buda), que tem conotações religiosas, em vez do termo habitual *nitirat* para indicar o 'Estado de direito'.^[5]

A ideia de que o país deve ser liderado por "homens virtuosos" – virtuosos porque acumularam méritos na sua vida atual e nas suas antigas existências – está profundamente enraizada no Budismo. Esta ideia foi reforçada nos últimos anos desde que uma parte da população denunciou o que é considerado como a "corrupção" dos políticos eleitos. Certos termos com uma conotação especificamente budista, como *silatharm* (sentido moral) e *jariyatharm* (ético), foram usados repetidas vezes durante manifestações realizadas pelo Comitê da Reforma Democrática Popular (PDRC), que representa os Camisas Amarelas do campo monárquico em 2013 e 2014. Os manifestantes apelaram a que o primeiro-ministro Yingluck Shinawatra, que esteve no poder de 2011 a 2014, fosse demitido.

INCIDENTES

Numa entrevista em outubro de 2015 ao jornal Bangkok Post, Korn Meedee, secretário do comitê de campanha para que o Budismo fosse consagrado na Constituição, alegou que o Budismo estava em declínio.^[6] Meedee disse que, se

[4] The Diplomat, 7 de Maio de 2014: "Thailand's Deep South: Living in Conflict" (<http://thediplomat.com/2014/05/thailands-deep-south-living-in-conflict>)

[5] The New Mandala, 15 de Janeiro de 2016: "Buddhist politics and Thailand's dangerous path" (<http://asiapacific.anu.edu.au/newmandala/2016/01/15/buddhist-politics-and-thailands-dangerous-path/>)

[6] Bangkok Post, 25 de Outubro de 2015: "Push to make Buddhism state religion"

o Budismo se tornasse a religião nacional, isso iria fortalecer esta religião. Deu exemplos, incluindo a imposição de pesadas multas e penas de prisão para monges que desonrem o Budismo e a aprovação de estatutos legais que tornem possível destruir "imagens que representem o Budismo de maneira inadequada".^[7]

E disse: "Queremos erradicar as formas impuras do Budismo, como o uso da religião para fins comerciais e o uso de imagens bramânicas no interior dos templos budistas."^[8] Por isso, o que se prevê é a capacidade do Estado monopolizar a perspectiva budista, uma parcela elitista da religião que tem pouco em comum com a fé na forma como esta é praticada pela maioria dos fiéis.

Em reação a isto, Vichak Panich, especialista sobre Budismo, explicou longamente na sua página de Facebook quais são os perigos de consagrar o Budismo na Constituição, na sua opinião.^[9] Panich escreveu: "O Budismo como (a) religião estatal seria simplesmente uma versão do Budismo imposta pelo Estado, ligada à ideologia de 'Nação, Religião, Monarquia', e uma versão que não abriria a porta a outras interpretações do Budismo. (...) Mais, o Budismo que toca no coração das pessoas é um Budismo diversificado, imaginativo, que tem pouco a ver com o Budismo nacional tal como é visto por estes grupos."^[10] Os seus comentários ecoam as explicações de alguns historiadores para o declínio do Budismo na Índia depois do séc. VIII, quando a religião foi abandonada pelas pessoas comuns e praticada apenas por uma pequena elite.

Outros críticos, como o jornalista Prasit Preuksajansiri, que escreve no jornal Matichon, pensam que esta espécie de "nacionalização" do Budismo resultará inevitavelmente num aumento das tensões no sul, dando aos muçulmanos malaios

(<http://m.bangkokpost.com/news/741924>)

[7] Vale a pena citar aqui a decisão do ministro da cultura tailandês de 12 de Outubro de 2015 a proibir a exibição do filme *Abhat* ('ofendido', em língua pali, a língua sagrada o Budismo Theravada), que descreve a errância sexual de um jovem monge budista. A decisão provocou algumas críticas muito duras na sociedade tailandesa. O filme acabou por ser exibido nos cinemas no final de Outubro, mas apenas depois de a realizadora, Kanitta Kwanyoo, ter concordado em cortar todas as cenas consideradas "inapropriadas" pelo conselho de censura do ministério. *Abhat* conta a história de um jovem delinquento tailandês que é forçado pela sua mãe a ser ordenado como bonzo. A mãe espera que isso o faça regressar a um caminho direito e estreito. Mas assim que se vê enviado no manto cor de açafraão, o jovem não muda as suas formas e, pelo contrário, envolve-se em relações íntimas com uma mulher, quebrando assim uma das normas fundamentais da vinaya pitaka, o código de disciplina monástica. Outras cenas mostram outros monges adultos envolvidos igualmente em condutas proibidas pela disciplina monástica. Ver *Eglises d'Asie*, 20 de Novembro de 2015: "La censure d'un film sur le bouddhisme est mal ressentie par les Thaïlandais" (<http://eglise.mepasie.org/asia-du-sud-est/thaïlande/2015-11-20-la-censure-d2019un-film-sur-le-bouddhisme-est-mal-ressentie-par-les-thaïlandais/>)

[8] Bangkok Post, 25 de Outubro de 2015: "Push to make Buddhism state religion" (<http://m.bangkokpost.com/news/741924>)

[9] <https://www.facebook.com/pvichak>

[10] *Eglises d'Asie*, 25 de Maio de 2015: "L'institution bouddhique représente un 'Etat dans l'Etat'" (<http://eglise.mepasie.org/asia-du-sud-est/thaïlande/2015-05-25-pour-approfondir-ab-l2019institution-bouddhique-represente-un-2018etat-dans-l2019etat2019-bb/>)

a sensação de serem rejeitados da comunidade nacional. Uma proposta para um parque budista, com uma área de 16 hectares no sul da província de Pattani, perto da fronteira com a Malásia, desencadeou uma onda de oposição da parte dos muçulmanos locais em janeiro de 2016, o que ilustra bem a sensibilidade em relação a este assunto.

Duncan McCargo, especialista sobre a Tailândia, refere que dois grupos budistas se uniram na campanha para que o Budismo seja reconhecido como religião estatal, mas que de outra forma estão em extremos opostos no aspecto político. Estes são os monges budistas ligados aos Camisas Vermelhas (os aliados do clã político Shinawatra) e os monges ultramonárquicos aliados ao campo oposto, o dos Camisas Amarelas. “Foram derrotados em 2007 por uma aliança entre a sociedade civil e os monárquicos liberais (embora também estejam alinhados com o movimento dos Camisas Amarelas), para quem proclamar o Budismo como religião nacional é ir longe demais”, escreveu na revista *Critical Asia Studies* em 2012. E acrescentou: “Ou seja, sobre este assunto, muitos monárquicos são progressistas e a maioria dos camisas vermelhas são reacionários.”^[11]

Apesar desta cláusula religiosa ter uma vez mais sido rejeitada na Constituição, é claro que a campanha por um “Budismo nacional” está ganhando terreno em cada ocasião. Dezenas de milhões de cidadãos comuns estão assinando petições, galvanizados pela pregação dos monges que estão fazendo soar os alarmes sobre uma “futura erradicação” do Budismo no sul do país.

Estas preocupações surgem num momento de aparente derrota do governo em resolver o conflito no sul da Tailândia. Nas três províncias do sul devastadas pela guerra na fronteira com a Malásia (Pattani, Narathiwat e Yala), a tomada do poder pelo exército em Bangkok não se traduziu em progressos no campo das negociações de paz para pôr fim a este conflito particularmente sangrento. Com uma média de três incidentes graves por dia, quase 6 mil pessoas morreram desde 2004.

Este conflito é uma luta amarga entre o poder central e a população de maioria muçulmana malaia nestas três províncias, que estão exigindo o reconhecimento das suas características distintivas no que até 1939 era conhecido como Sião e que foi posteriormente renomeado como Tailândia. Os antecedentes deste conflito não são estritamente religiosos. Trata-se, pelo contrário, de perceber se Bangkok vai reconhecer a existência de uma comunidade resistente à assimilação numa cultura dominante que é vista como tailandesa e budista. Esta minoria está exigindo o direito de falar uma língua diferente, um dialeto malaio, tendo uma religião diferente, o Islamismo, e estando enraizada numa cultura diferente, de origem malaia.

A resposta de segurança implementada durante anos por

[11] *Critical Asia Studies*, Dezembro de 2012: “The Changing Politics of Thailand’s Buddhist Order by Duncan McCargo” (<http://criticalasianstudies.org/issues/vol44/no4/the-changing-politics-of-thailands-buddhist-order.html>)

Bangkok está revelando as suas limitações. Uma força de mais de 60 mil soldados e polícias não é suficiente para controlar uma população de cerca de dois milhões de pessoas, nem para erradicar os militantes violentos. Ao retaliar o assassinato de professores tailandeses e monges budistas, as forças governamentais usaram de violência, que é legitimada, segundo eles, pelo uso dos poderes de emergência em funcionamento nestas três províncias problemáticas. As negociações atualmente sendo conduzidas através de mediação malásia parecem ter pouca probabilidade de dar fruto no futuro próximo.^[12]

No que diz respeito à minúscula minoria cristã autóctone, não há dificuldades especiais. As comunidades cristãs, e em particular a Igreja Católica, continuam usando o país como base acessível para organizarem encontros e conferências para pessoal da Igreja que trabalha em diferentes países asiáticos. Além disso, a legislação para obter vistos continua permitindo que um grande número de missionários estrangeiros exerça as suas atividades livremente no país.

Finalmente, há dois pontos dignos de nota em relação à situação religiosa contemporânea na Tailândia, mas relacionados com os vínculos externos do país. Primeiro, o ataque em 17 de agosto de 2015 em Bangkok, quando uma bomba explodiu no coração da capital, matando vinte e ferindo mais de 120. O ataque ocorreu muito próximo do templo de Erawan, visitado por milhares de pessoas todos os dias. Das vinte vítimas, catorze eram estrangeiras.^[13] Seis meses mais tarde, em meados de Fevereiro de 2016, dois chineses de origem uigure, Bilal Mohammed e Yusuf Mieraili, foram apresentados perante um tribunal militar tailandês. Negaram quaisquer acusações contra eles. De acordo com a polícia, os dois homens tinham admitido participar na explosão de 17 de Agosto, cuja responsabilidade nenhum grupo tinha ainda reivindicado. O advogado de Bilal Mohammed afirmou que o seu cliente tinha negado qualquer envolvimento, alegando que ele tinha sido submetido a um interrogatório que chegava ao ponto da “tortura”, uma acusação que a polícia nega. Embora o motivo do ataque continue a ser desconhecido, é significativo que ele tenha ocorrido depois da repatriação forçada da Tailândia para a China de 100 refugiados uigures, muçulmanos chineses.^[14]

A outra questão diz respeito aos 250 cristãos paquistaneses que fugiram à perseguição no seu país e que estão agora presos na Tailândia.^[15] Eles estão entre os cerca de 6.500 cristãos paquistaneses que se refugiaram no país. Depois de os seus vistos de turismo terem expirado, foram detidos e presos pela

[12] *The Nation*, 13 de Março de 2016: “A peace process that’s going nowhere” (<http://www.nationmultimedia.com/opinion/A-peace-process-thats-going-nowhere-30281417.html>)

[13] BBC, 5 de Outubro de 2015: “Bangkok bomb: Has the case been solved?” (<http://www.bbc.com/news/world-asia-34409348>)

[14] *The Diplomat*, 5 de Agosto de 2015: “Why Thailand Returned the Uyghurs” (<http://thediplomat.com/2015/08/what-thailand-returned-the-uyghurs>)

[15] BBC, 26 de Fevereiro de 2016: “The Christians held in Thailand after fleeing Pakistan” (<http://www.bbc.com/news/magazine-35654804>)

polícia tailandesa. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) foi criticado por alegado processamento lento dos seus pedidos de asilo. Isto torna a situação extremamente difícil para estes refugiados.^[16] Em 2015, duas mulheres cristãs paquistanesas, com 30 e 40 anos respectivamente, morreram de doença num centro de detenção para migrantes.^[17] Noutro caso, os pais de quatro crianças com idades entre os 8 e os 13 anos foram colocados em detenção enquanto os filhos foram deixados sozinhos no exterior.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O regime militar na Tailândia, embora sem dúvida caracterizado por graves restrições à liberdade de expressão, não se traduziu em ataques directos à liberdade religiosa. Quanto ao futuro, a sucessão real é muito incerta, um factor que aumenta a preocupação, dada a idade (88 anos) e a doença do rei Bhumibol Adulyadej. Não é segredo que na trilogia de monarquia, religião (Budismo) e nação – estabelecida pelos reis de Sião no início do séc. XX e que se manteve oficialmente até hoje como base da identidade nacional tailandesa – o primeiro destes pilares vai ficar consideravelmente fragilizado com a futura sucessão real. A partir desse momento, o peso da identidade nacional vai tender para repousar sobre o Budismo. Será que este vai ser suficientemente forte para compensar a perda de um soberano que é considerado pelo povo Tailandês como “a bondade incarnada” e ainda assim manter um forte sentido de coesão social no país? Esta é uma questão que continua por responder.^[18]

[16] Eglises d'Asie, 18 de Março de 2016: “Après avoir fui leur pays, des centaines de chrétiens pakistanais se retrouvent en prison en Thaïlande” (<http://eglisie.mepasie.org/asia-du-sud-est/thaïlande/2016-03-18-apres-avoir-fui-les-persecutions-dans-leur-pays-des-centaines-de-chrétiens-pakistanais-se-retrouvent-dans-les-prisons-thaïlandaises>)

[17] Christians in Pakistan, 2 de Janeiro de 2016: “Thailand: A Pakistani Christian woman dies in detention center” (<http://www.christiansinpakistan.com/thailand-a-pakistani-christian-woman-dies-in-detention-center/>)

[18] The Atlantic, 31 de Maio de 2015: “Thailand’s Royal Conundrum” (<http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/05/thailands-royal-conundrum/394529>)